

Nelson Werneck Sodré



Por JOÃO QUARTIM DE MORAES & FRANCISCO QUARTIM DE MORAES*

Verbete do [“Dicionário marxismo na América”](#)

Vida e práxis política

Filho de Heitor de Abreu Sodré, advogado oriundo de uma família de fazendeiros de café empobrecidos, e de Amélia Werneck Sodré, de mesma origem social, Nelson Werneck Sodré (1911-1999) revelou desde cedo gosto pela leitura. Foi em casa, antes de começar a frequentar a escola pública, na Muda da Tijuca (Rio de Janeiro), que se sentiu motivado pelo “desejo profundo de aprender a ler”.

Preocupado com o futuro profissional do filho, o pai aprovou seu ingresso no Colégio Militar, em 1924. Também precoce na escrita, em 1929 ele publicou seu primeiro conto - na revista *O Cruzeiro*.

Em 1930, Nelson Werneck Sodré entrou na Escola Militar do Realengo, onde se graduou no final de 1933, iniciando como aspirante sua carreira de oficial do Exército. Mais tarde, ele evocaria em um de seus escritos autobiográficos o “tempestuoso período” atravessado pelo Brasil durante os anos finais de sua infância e os de sua juventude, marcados pelo movimento tenentista, a agonia da República oligárquica, o modernismo na literatura e nas artes e a Revolução de 1930.

As tempestades políticas continuaram durante os primeiros anos de sua atividade como oficial: o Levante Comunista de 1935; e a ditadura do Estado Novo, instaurada por Getúlio Vargas em 1937. Porém, isto não o impediu de assumir seus deveres militares com responsabilidade, o que inspirou confiança a colegas e superiores hierárquicos.

Em 1934, o jornal *Correio Paulistano*, com o qual colaborava desde 1931, convidou-o para exercer a crítica literária - tarefa que realizaria pelo próximo quarto de século. Em 1937, após ter servido em unidades militares de São Paulo, foi transferido para o Rio de Janeiro, onde entrou em contato com alguns dos mais importantes escritores brasileiros de então - desde expoentes do campo da esquerda, como era o caso de Graciliano Ramos e Samuel Weiner, como da direita, como Oliveira Viana e Azevedo Amaral.

Em 1941, passou a escrever para o jornal *O Estado de São Paulo*, bem como para *Cultura Política* - revista teórica ligada ao regime ditatorial. Mais tarde, Nelson Werneck Sodré alegaria que, embora fosse politicamente “alienado” à época, não escrevia artigos que pudessem soar como bajulação ao Estado Novo; naquele contexto, Vargas buscava reagrupar em torno de seu projeto nacional intelectuais de várias tendências ideológicas - de Gilberto Freyre e Azevedo Amaral a Álvaro Vieira Pinto e Graciliano Ramos, empenhados em estudar de modo inovador a sociedade e cultura brasileiras.

Transferido em 1942 para um grupo de artilharia na Bahia, Nelson Werneck Sodré não tardou em se aproximar do núcleo de intelectuais comunistas que lá atuavam. Embora ele levasse a sério a carreira militar, evitava que ela interferisse em

a terra é redonda

sua consciência e ação política. Essa aproximação prosseguiu rumo às posições e lutas que o consagrariam como uma importante expressão do marxismo brasileiro. Por conta das perseguições do Estado Novo aos membros do Partido Comunista do Brasil (PCB), sua adesão partidária formal permaneceu sigilosa.

Em 1943, a tese de que o Brasil deveria participar diretamente das operações da II Guerra Mundial na Europa, defendida por Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores, ganhou força na cúpula do Estado Novo, vencendo a relutância dos generais Gaspar Dutra e Góes Monteiro - dois dos principais chefes militares. Em 2 de julho de 1944, a Força Expedicionária Brasileira (FEB) embarcou para a Itália.

Convencido de que o regime ditatorial do Estado Novo não era mais sustentável, Getúlio Vargas promulgou em 28 de fevereiro de 1945 uma lei constitucional convocando eleições gerais para 2 de dezembro, restabelecendo algumas atribuições ao Congresso e fixando parâmetros para a reforma da Constituição. Em 18 de abril de 1945, uma anistia geral dos presos políticos abriu caminho para o retorno dos comunistas à cena política nacional. Em 15 de maio, os sindicalistas getulistas formaram o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nelson Werneck Sodré acompanhou de perto esta virada democrática, pois se fixara no Rio de Janeiro, desde 1944, para seguir o curso da Escola de Estado-Maior (que concluiu em 1946, recebendo a patente de major e o cargo de professor de História Militar na mesma Escola).

As massas sindicalizadas, em crescente mobilização, defendiam a convocação de uma Assembleia Constituinte "com Getúlio". Os comunistas também: em sucessivos comícios, Prestes, enfim livre após nove anos de prisão, anunciou apoio ao governo. O prestígio popular que a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) conferia a Getúlio assustava a burguesia liberal, a direita conservadora e a Embaixada estadunidense. Coube aos generais Dutra e Góes Monteiro (que oito anos antes apoiaram a instauração da ditadura) a tarefa de montar o golpe que deporia Getúlio em outubro de 1945. Um governo provisório conferiu poderes constituintes ao Congresso a ser eleito em dezembro. Nelson Werneck Sodré, crítico do Estado Novo, mas favorável à "Constituinte com Getúlio", via no golpe liberal o estabelecimento de um dispositivo militar que, ainda sob o formalismo democrático, resguardava as forças保守adoras e lhes permitia o controle da situação.

Nas eleições de dezembro de 1945, as eleições para a presidência da república foram disputadas pelo general Gaspar Dutra, candidato do Partido Social-Democrático (PSD), composto sobretudo de chefes políticos colaboradores do governo de Getúlio, e pelo brigadeiro Eduardo Gomes lançado pela União Democrática Nacional (UDN), que juntava a direita liberal antigelista e pró-estadunidense. O PTB apoiou o candidato do PSD, que foi eleito. Porém, Dutra, após angariar os votos getulistas, aliou-se com Gomes e a UDN, formando o que Nelson Werneck Sodré chamou de "consulado militar", que tratou o trabalhismo como inimigo, tratou a mobilização popular como assunto de polícia e, evocando os ódios da "Guerra Fria", pressionou o Judiciário e o Congresso até conseguir que cassassem o registro do PCB, bem como os mandatos de Prestes no Senado e de todos os comunistas eleitos em 1946.

Foi nesse ambiente, especialmente difícil para um militar da ativa, que Nelson Werneck Sodré consolidou seu vínculo com o PCB (novamente na ilegalidade). Decerto, não podia assumir em público seu compromisso partidário mas, em 1950, aceitou integrar a chapa dirigida pelo general Newton Estillac Leal, tenentista veterano e nacionalista de esquerda, vencedor da disputa pela presidência do Clube Militar. Nelson Werneck Sodré, que já era considerado o principal teórico da esquerda militar, assumiu a direção do Departamento Cultural do Clube, cuja revista tornou-se a tribuna dos oficiais que apoiavam uma política externa independente e reformas sociais - oficiais que além de nacionalistas eram anti-imperialistas.

O procedimento padrão para cercear as atividades de oficiais politicamente incômodos era deslocá-los para guarnições distantes da capital; em 1951, Nelson Werneck Sodré foi enviado para Cruz Alta, na serra gaúcha. No isolamento, Sodré aproveitou a estadia para aprofundar suas leituras e escrever.

Em 1955, voltou ao Rio de Janeiro em um ambiente político conturbado. A direita antitrabalhista nunca aceitara a inquestionável vitória de Getúlio na eleição presidencial de outubro de 1950; acuara-o até o suicídio (em 1954), mas sem

a terra é redonda

lograr impedir a vitória de Juscelino Kubitschek e de João Goulart nas eleições presidenciais de 1955. Nesse embate, Carlos Lacerda e o coronel Mamede eram os “anticomunistas de choque”, isto é, os líderes conservadores que pregavam abertamente um golpe para impedir a posse dos eleitos; porém, foram contidos pelo general Teixeira Lott, ministro da Guerra (e defensor da legalidade). No dia 11 de novembro, em uma operação fulminante, Lott desarticulou o golpe gestado pela UDN em andamento.

Abriu-se então para Nelson Werneck Sodré um período de intensa atividade. As perseguições que vinha sofrendo interromperam-se com o novo governo, no qual Lott foi reconduzido ao cargo de ministro da Guerra. Já reconhecido como um dos intelectuais críticos mais importantes do país e um grande conhecedor dos problemas nacionais, o comunista foi convidado a integrar o recém-criado Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), no qual teve destacada atuação.

Em 1960, Jânio Quadros, candidato da direita à presidência, derrotou Lott, candidato dos nacionalistas e da esquerda – mas renunciou intempestivamente ao cargo no ano seguinte. Então, uma junta militar golpista tentou impedir a posse de seu sucessor legítimo, o vice João Goulart. Um acordo evitou o confronto: Goulart assumiu a presidência, mas teve suas atribuições limitadas por um regime parlamentar improvisado. Entrementes, por ter apoiado a resistência ao golpe, Nelson Werneck Sodré havia novamente atiçado contra si a cúpula reacionária do Exército; como Lott e outros militares legalistas, ele chegou a ser preso.

Em 1961, após constatar que as perseguições não iriam terminar, Nelson Werneck Sodré solicitou transferência para a reserva do Exército no posto de general de brigada. Desde então, concentrou-se no ofício de escritor, de professor do ISEB e de intelectual comunista militante.

Pouco mais tarde, os golpistas de 1964, acertando velhas contas, prenderam-no dois meses no Forte de Copacabana; seus direitos foram cassados, seus livros proibidos e retirados das livrarias. A despeito disso, Nelson Werneck Sodré seguiu escrevendo até o fim de sua longa vida. Nos anos seguintes ao golpe, até o final da década, ele publicou nove importantes livros – sobre temas como a filosofia marxista e a formação da economia brasileira, além de uma história da imprensa.

Nos anos 1970, teve sete livros publicados – nos quais abordou desde a história da cultura nacional, à história política e intelectual. Na década seguinte, seguiu prolífico, tendo escrito dez livros, entre os quais *História e materialismo histórico no Brasil* (1985). Finalmente, em sua última década de vida, ele lançou cinco obras, como *A farsa do neoliberalismo* (1995).

Embora tenha se consagrado prioritariamente à elaboração de sua obra vasta – que lhe conferiria uma posição proeminente no marxismo brasileiro –, o autor manteve contato constante com seus companheiros nacionalistas e comunistas do Exército, cassados pelos golpistas de 1964. Ao lado de um de seus mais fiéis amigos, o coronel Kardec Leme, veterano da FEB e da militância comunista, ele participou, desde a fundação, em 1983, da Associação Democrática e Nacionalista de Militares (ADNAM) – uma tentativa corajosa de reintroduzir ideias progressistas na oficialidade. Seu apartamento, na rua Dona Mariana, em Botafogo (Rio de Janeiro), era uma referência para intelectuais e dirigentes políticos da esquerda nacional-democrática e trabalhista.

Discreto por temperamento e estilo de vida, Nelson Werneck Sodré manteve-se lúcido até seus últimos dias de vida – em Itu, cidade paulista na qual mantinha vínculos de família. Continuava trabalhando quando foi internado na Santa Casa de Itu, em 11 de janeiro de 1999, para uma operação à qual não resistiu, morrendo dois dias depois.

Contribuições ao marxismo

Sodré nos legou um tesouro de ideias que se incorporaram ao patrimônio teórico da cultura marxista do Brasil. Sua vasta obra se impõe pela solidez de sua fundamentação histórica, pela análise concreta de problemas e situações, pela atenção aos mais diversos e contraditórios aspectos e dimensões da realidade brasileira, bem como por sua objetividade, expressa no empenho de submeter conceitos e hipóteses de explicação ao crivo dos fatos. Seu pensamento, forjado por um lúcido e

a terra é redonda

constante interesse pelo destino da nação, era profundamente patriótico, mas por isso mesmo mantinha um olhar crítico sobre as mazelas e misérias que entorpeciam a sociedade brasileira.

Junto com o conhecimento da história social da humanidade, a teoria marxista proporcionou-lhe o método crítico de análise – tendo se apoiado na dialética materialista para compreender as particularidades e as contradições da sociedade e cultura brasileiras.

Consagrou muitos livros à formação e evolução da economia brasileira desde as plantações coloniais até a ascensão do neoliberalismo, no final do século XX. As categorias teóricas de sua explicação provêm do materialismo histórico: sempre amparado em farta documentação, ele descreve os modos de produção dominantes em cada etapa da história nacional, analisando as condições sociais em que eles se implantaram e desenvolveram, assim como o complexo de interesses de classe a que eles correspondiam.

É conhecido o debate que opõe Nelson Werneck Sodré, cujo tema central é o estudo da dinâmica interna da economia brasileira, a Caio Prado Júnior, para quem as forças e relações de produção aqui instauradas são sobretudo efeitos do “sistema colonial”. Caio Prado dá mais importância à inserção da economia colonial no mercado internacional, o que o leva a sustentar que o Brasil, “participa desde seus primórdios” do sistema mercantil internacional; com isso, propõe mesclar em suas análises a circulação de mercadorias com a produção social.

Entretanto, no espírito da dialética materialista, há que observar outros pontos de vista, como o de Sodré, que mostrou como a circulação de mercadorias reagiu sobre suas bases produtivas. Para ultrapassar a baixa produtividade agrária e a estreiteza do feudalismo, os portugueses participaram a fundo da expansão do comércio europeu durante os séculos finais da Idade Média e, em seguida, tomaram a iniciativa das grandes navegações oceânicas que deram origem ao sistema colonial da Era Moderna. Os navegantes que foram protagonistas dessas audaciosas iniciativas e os financistas que nelas investiram seu dinheiro receberam decisivo apoio da monarquia. Precocemente centralizado por causa das guerras contra os mouros, apoiando-se de um lado na nobreza feudal, de outro nos interesses mercantis, o Estado português tornou-se o grande empreiteiro do negócio colonial.

Foi assim que, respondendo ao aumento da demanda de açúcar, especiaria então rara na Europa, Portugal estimulou a entrada na esfera produtiva de capitais mercantis até então aplicados no comércio marítimo e no sequestro de africanos para escravização. Nas ilhas atlânticas ocupadas pelos portugueses ao longo do século XV, instalaram-se técnicos e capatazes para controlar as plantações de cana-de-açúcar e enquadrar o trabalho dos escravos. Foi esse o protótipo da grande plantação introduzida do Brasil colonial. Sua base econômica era escravista, mas a apropriação da terra, dividida em capitania hereditárias – cujos donatários distribuíam extensões de terra (“sesmarias”) aos “homens de qualidade”, que dispusessem de recursos para explorá-las –, obedecia ao regime feudal dominante em Portugal e transposto à *terra brasiliis*.

Porém, essa superestrutura jurídica não correspondia às relações escravistas da colônia. Como frisou Werneck Sodré, prevaleceram as condições objetivas do sistema de plantações; os donatários foram logo substituídos por um governador-geral, que representava o rei de Portugal na colônia. Manteve-se, entretanto, a divisão da terra em sesmarias; e o modo de produção escravista prosperou onde se desenvolveram as atividades produtivas mais rentáveis: cana-de-açúcar, algodão, mineração, charque e café. Já em outras regiões do vasto território brasileiro – as zonas de pecuária do Nordeste e do Rio Grande do Sul, as de coleta florestal, as “fronteiras agrícolas” –, segundo Sodré, as relações sociais de produção assumiram traços “feudais”.

Isto porque a exploração do trabalho se baseava em laços de dependência pessoal, na posse da terra e do gado, quando não na coerção direta. Nas regiões em que as atividades escravistas entraram em decadência após um auge de prosperidade, a abolição da escravidão sem uma concomitante reforma agrária deixou a massa dos alforriados em precárias condições de existência. Perante o avanço do movimento abolicionista, os fazendeiros de café instituíram o “colonato”, chamando camponeses pobres imigrados da Europa para trabalhar nos cafezais, mediante remuneração parcial

a terra é redonda

em dinheiro e partilha do que produzissem.

Sodré encontrou uma imagem forte, extraída da cultura popular, para expressar os efeitos predatórios dessa sucessão de ciclos econômicos: “o nome que mais aparece nos mapas brasileiros das regiões ocupadas mais cedo é o de *tapera*, isto é, ruína”; um nome que se refere a um dos fenômenos “mais característicos da história” do Brasil: a “marcha territorial da riqueza”.

Na concepção de Sodré, a independência nacional, tendo herdado “escravismo e feudalismo”, não teria “ traço algum de revolução burguesa” – a qual se esboçou no século XIX, avançando lentamente, e se acelerou com o movimento de 1930, mas mantendo o latifúndio e conciliando com a dominação imperialista.

Em sua densa interpretação marxista do Brasil, Nelson Werneck Sodré fundamenta um programa nacional-democrático – importante contribuição teórica para uma futura revolução brasileira. Seus objetivos centrais, centrados em temas como o desenvolvimento autônomo da economia, reforma agrária e ampla mobilização popular permanecem no centro de qualquer visão transformadora da sociedade brasileira. Seu programa aponta para a perspectiva da aliança das forças socialistas com a chamada “burguesia nacional”: aliança considerada tão somente como uma possibilidade objetiva, condicionada pela correlação de forças entre o campo nacional popular e o bloco reacionário (formado pelos latifundiários e pelo que ele entende como uma outra parcela da burguesia – pró-imperialista).

Para Nelson Werneck Sodré, a burguesia brasileira, embora economicamente bloqueada pela dominação imperialista, temia ser suplantada pela dinâmica das lutas sociais; portanto, hesitava sempre entre se aliar com a classe operária e demais forças populares – para levar adiante um programa nacional-democrático (expresso, na conjuntura de 1963-1964, pelas “reformas de base” do presidente João Goulart) –, ou, ao contrário, associar-se com os grandes interesses agroexportadores, aceitando a presença dominante dos trustes imperialistas. Sabemos quão destrutivas foram as consequências de ter prevalecido o segundo termo dessa alternativa histórica.

Comentários sobre a obra

Nelson Werneck Sodré escreveu 58 livros e cerca de 3000 artigos em mais de 60 anos de militância intelectual. A gama é ampla e múltiplas são as dimensões dos temas que compõem sua obra. Predominam os estudos históricos abrangentes, consagrados às relações econômicas, à política e cultura brasileiras. Publicou também relatos autobiográficos, bem como trabalhos de introdução ao materialismo histórico e sobre assuntos de atualidade. O interesse constante suscitado por seus escritos estimulou muitas reedições de seus livros. Mencionamos a seguir a primeira edição dos livros de Nelson Werneck Sodré publicados em vida – resenhando alguns dos mais importantes. Quanto aos artigos, listamos tão somente os principais jornais e revistas com que ele colaborou.

História da literatura brasileira: seus fundamentos econômicos (São Paulo: Edições Cultura Brasileira, 1938) foi seu primeiro livro, no qual ele desenvolveu de modo pioneiro uma inovadora interpretação histórico-materialista da produção literária brasileira, distinguindo três etapas na evolução de nossa literatura: a colonial, a da busca de autenticidade nacional, e a do modernismo – em que o componente nacional se afirmou, emancipando-se dos modelos europeus. Metódica e objetiva, a obra reconstitui os contextos sociais e culturais da evolução da produção literária brasileira, mantendo um equilíbrio entre as características da produção de cada autor e a do modo como interagiu com suas circunstâncias.

Nelson Werneck Sodré lia com extrema atenção e agudeza crítica os livros que analisava e os comentava – valorizando a obra mais do que a “vida literária” dos autores. Bom exemplo, entre outros, é a análise comparativa entre Mário e Oswald de Andrade: aquele fazendo original e bem elaborada literatura; este dando mais importância à agitação cultural.

Panorama do Segundo Império (São Paulo: Editora Nacional, 1939) é um estudo abrangente da história do Brasil sob o

a terra é redonda

reinado de Pedro II, obra articulada em seis grandes panoramas: da escravidão, político, parlamentar, econômico, da centralização, do ocaso. Os capítulos consagrados a cada “panorama” têm fisionomia própria e foco distinto, ainda que temas mais recorrentes sejam tratados em mais de um capítulo. O livro analisa os três ciclos principais da economia escravista: açúcar, mineração e café, mas a campanha abolicionista é apresentada nos capítulos relativos à atividade parlamentar e ao ocaso do Império. O café é também estudado do ponto de vista de seu itinerário geoeconômico e de sua importância nas relações entre os fatores do poder nacional.

A análise da centralização imperial (administrativa, fiscal, jurídica) leva a constatações predominantemente críticas, que explicam o ocaso do regime. Sodré descreve com clareza as instituições do poder de Estado, as situações históricas que as puseram à prova (a guerra contra o Paraguai, entre outras), bem como as dificuldades e disfunções que as entravaram. Ele também traça retratos concisos e objetivos de personagens importantes, tais como Pedro II, Caxias, Mauá e Joaquim Nabuco.

Formação da sociedade brasileira (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1944) é uma síntese panorâmica e didática dos estudos sobre a história do Brasil, desde a colonização até o Estado Novo. Seu grande mérito é que, ao mesmo tempo em que populariza o debate acadêmico, se vale de original explicação histórico-materialista.

Em *O Tratado de Methuen* (Rio de Janeiro: ISEB, 1957) – como nas demais obras escritas durante o período em que atuou no ISEB –, Sodré não perde de vista, ao estudar um fato importante do passado, sua relevância para a compreensão dos problemas presentes. Ele se contrapõe às interpretações predominantes desse tratado, que leva o nome do insidioso negociador britânico J. Methuen; é desse documento, assinado em 1703, que data a subordinação econômica portuguesa à Grã-Bretanha: Portugal abria seu mercado interno ao trigo em troca de liberdade de exportação de seu vinho.

Para Nelson Werneck Sodré, os efeitos de acordos comerciais são insuficientes para explicar a atrofia do desenvolvimento industrial português, assim como, por si só, medidas protecionistas não garantem a industrialização. Pensando na situação do Brasil, ele insiste em que, sem transformações sociais coerentes, não seria possível abrir caminho para o desenvolvimento nacional.

Formação histórica do Brasil (São Paulo: Brasiliense, 1962) expõe o essencial de cinco anos de cursos no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), o consagrado centro de debates e formulações sobre o desenvolvimento nacional – fechado pela ditadura militar.

Já sua *História militar do Brasil* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965) apresenta um panorama abrangente da organização das forças armadas, desde o início da colonização até o golpe de 1964. Traz documentos importantes que permitem avaliar com objetividade as intervenções políticas dos militares em momentos decisivos de nossa história, mostrando tanto o caráter progressista de sua participação na abolição e na derrubada da monarquia imperial, quanto as perseguições que sofreram os oficiais nacionalistas e legalistas ao longo dos anos 1950, anunciando as muito piores que viriam com o golpe de 1964.

Em *Memórias de um escritor* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970), a escrita autobiográfica permite ao historiador maior liberdade literária; com ela Sodré descreve suas lembranças de leituras feitas quando criança, como as da revista infantil *Tico-Tico*, seguindo até os debates em sua juventude sobre literatura e filosofia. O foco do livro é sua própria formação intelectual. Outros aspectos de sua vida são mais bem retratados em outras obras, também autobiográficas, como *Memórias de um soldado* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967).

No livro *A intentona comunista de 1935* (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985), cujo título remete a uma expressão pejorativa sobre o movimento de 1935, Sodré, assume uma postura crítica ao PCB, à organização da insurreição militar e à ausência da participação popular e operária – apesar de deixar explícito o seu respeito pelos participantes do *levante*.

Capitalismo e revolução burguesa no Brasil (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990) retoma e sintetiza dois grandes

a terra é redonda

temas: o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o decisivo papel histórico de Vargas; obra imprescindível para a compreensão crítica da evolução econômica e política de nosso país, tanto pela clareza e rigor conceitual quanto pela análise concreta das questões centrais da transformação burguesa da sociedade brasileira.

A lista dos demais livros publicados pelo autor tem a seguinte ordem cronológica: *Oeste: ensaio sobre a grande propriedade pastoril* (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1941); *Orientações do pensamento brasileiro*. (Rio de Janeiro: Editora Vecchi, 1942); *Síntese do desenvolvimento literário no Brasil* (S. Paulo: Livraria Martins Editora, 1943); *O que se deve ler para conhecer o Brasil* (Rio de Janeiro: Leitura, 1945); *História do vice-reinado do Rio da Prata* (Rio de Janeiro: Escola de Estado Maior do Exército, 1947); *A campanha rio-grandense* (Rio de Janeiro: Escola de Estado Maior do Exército, 1950); *As classes sociais no Brasil* (Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957); *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* (Rio de Janeiro: ISEB, 1958); *Introdução à revolução brasileira* (Rio de Janeiro: Livr. José Olímpio Editora, 1958); *Narrativas militares* (Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959). *A ideologia do colonialismo* (Rio de Janeiro: ISEB, 1961); *Quem é o povo no Brasil?* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962); *Quem matou Kennedy?* (Rio de Janeiro: Gernasa, 1963); *História da burguesia brasileira* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964); *Ofício de escritor: dialética da literatura* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965); *O naturalismo no Brasil* (Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1965); *História da imprensa no Brasil* (Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1966); *Memórias de um soldado* (Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1967); *Fundamentos da Estética marxista* (Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1968); *Fundamentos da Economia marxista* (Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1968); *Fundamentos do materialismo histórico* (Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1968); *Fundamentos do Materialismo Dialético* (Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1968); *Síntese de História da Cultura brasileira*, (Rio de Janeiro: Civ. Bras., 1970); *Brasil: radiografia de um modelo* (Petrópolis: Vozes, 1974); *Introdução à Geografia* (Petrópolis: Vozes, 1976); *A verdade sobre o ISEB* (Rio de Janeiro: Avenir, 1978); *Oscar Niemeyer* (Rio de Janeiro: Graal, 1978); *A Coluna Prestes* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978); *Vida e morte da ditadura: vinte anos de autoritarismo no Brasil* (Petrópolis: Vozes, 1984); *Contribuição à história do PCB* (São Paulo: Global, 1984); *História e materialismo histórico no Brasil* (São Paulo: Global, 1985); *O Tenentismo* (Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985); *História da História Nova* (Petrópolis: Vozes, 1986); *O governo militar secreto* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1987); *Literatura e História no Brasil contemporâneo* (Rio de Janeiro: Graphia, 1987); *A República: uma revisão histórica* (Porto Alegre: Editora UFRGS, 1989); *A marcha para o nazismo* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989); *A luta pela cultura* (Rio de Janeiro: Bertrand Br., 1990); *O fascismo cotidiano* (Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990); *A ofensiva reacionária* (Rio de Janeiro: Bertrand Br., 1992); *A fúria de Calibã: memórias do golpe de 64* (Rio de Janeiro: Bertrand Br., 1994); *A farsa do neoliberalismo* (Rio de Janeiro: Graphia, 1995).

Cabe também assinalar a participação de Sodré à frente de um coletivo de jovens historiadores reunidos no projeto da *História Nova do Brasil*. Formulado no ISEB (do qual ele era o diretor) e apoiado pelo MEC, o projeto previa dez livros didáticos, do descobrimento do Brasil ao significado do florianismo. Cinco chegaram a ser publicados, mas corria o ano de 1964 e a ditadura militar não tardou a impedir o prosseguimento do projeto e a perseguir seus participantes. No ano seguinte, entretanto, passada a primeira vaga repressiva, a editora Brasiliense retomou o projeto, reformulando-o em seis volumes, dos quais somente dois (o primeiro e o quarto) foram editados.

Em 1987, Maria Ana Quaglino e Mattos Dias realizaram uma entrevista com Nelson Werneck Sodré, promovida pela parceria entre o CPDOC/Fundação Getúlio Vargas e a SERCOM/Petrobrás – no âmbito do projeto “Memórias da Petrobrás” -, cuja transcrição pode ser obtida no portal da FGV (www18.fgv.br).

Em 1998, foi publicado *Tudo é Política: 50 anos do pensamento de Nelson Werneck Sodré* (Rio de Janeiro: Mauad, 1998), coletânea organizada por Ivan Alves Filho de textos esparsos, principalmente artigos de jornais, semanários e outros periódicos (alguns inéditos).

Dentre as principais revistas e jornais com que contribuiu ao longo da vida, citamos: *Correio Paulistano* (1931); *Cultura Política* (1941); *O Estado de São Paulo* (1941); *Revista do Clube Militar* (1948); *Revista Civilização Brasileira* (1968); *Temas de Ciências Humanas* (1977); *Encontros com a Civilização Brasileira* (1978).

a terra é redonda

Há muitos estudos consagrados às ideias e à obra de Sodré. Um dos mais destacados é o de Marcos Silva, que organizou *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira* (Bauru: Edusc 2001), compêndio de 13 estudos sobre diferentes aspectos de sua obra; e, ainda, o grande *Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré* (Rio de Janeiro: UFRJ, 2008) - composto por 83 verbetes, os quais apresentam ou um livro ou um conjunto de artigos publicados pelo marxista em revistas e jornais, recobrindo praticamente toda sua produção intelectual. Menção também ao trabalho de Paulo Cunha *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré* (Rio de Janeiro: Revan, 2002), estudioso que, além deste livro, organizou, em parceria com Fátima Cabral, *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena* (São Paulo: UNESP, 2006), reunindo contribuições de 21 pesquisadores (e incluindo lista abrangente de estudos consagrados ao pensamento do marxista).

Na rede há obras de Werneck Sodré digitalizadas, as quais podem ser obtidas em portais como: *Marxists* (<https://www.marxists.org>); e *Marxismo 21* (<https://marxismo21.org>).

***João Quartim de Moraes** é professor titular aposentado do Departamento de Filosofia da Unicamp. Autor, entre outros livros, de *A esquerda militar no Brasil (Expressão Popular)*. [<https://amzn.to/3snSrKg>].

***Francisco Quartim de Moraes** é doutor em História Econômica pela USP. Autor de *1932: a história invertida* (Editora Anita Garibaldi).

Publicado originalmente no portal do [Núcleo Práxis-USP](#).

Referências

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar à esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2002.

CUNHA, Paulo Ribeiro da; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006.

PENNA, Lincoln de Abreu. *A República dos manifestos militares: Nelson Werneck Sodré, um intérprete republicano*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2011.

SILVA, Marcos (org.). *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru: Editora da USC, 2001.

_____. *(org.). Dicionário crítico Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

A Terra é Redonda existe graças aos nossos leitores e apoiadores.

Ajude-nos a manter esta ideia.

[**CONTRIBUA**](#)